



GESTÃO:
2021
2023

LAR ACOLHEDOR

Fundação: 29/10/2008
CNPJ: 10.580.349/0001-01
Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888
Cidade de Três Passos - RS
Cep: 98.000-000

Missão:

"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

FL. 142

Protocolo
FL. 02
Rubr. JB

Secretaria de Assistência Social de Três Passos/RS
Secretaria de Assistência Social
Secretaria Rosani Nascimento

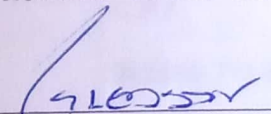
Três Passos - RS, 17 de fevereiro de 2023

Ofício nº 019/2023

Honra-me cumprimenta-la e na oportunidade encaminhar alteração do Plano de Trabalho referente ao Processo nº 3897/2022 emenda da Câmara Municipal de Vereadores destinada a Entidade Lar Acolhedor.

Estamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas pertinentes ao plano de trabalho!

Renovo votos de estima e consideração.


Gledson M. Barbieri
Coordenador Administrativo
Lar Acolhedor



GESTÃO:
2019
2021

Fundação: 29/10/2008
CNPJ: 10.580.349/0001-01
Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888
Cidade de Três Passos - RS
Cep: 98.600-000

Missão:
"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

Protocolo
FL. 03
Rubr.

FL. 143

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente LAR ACOLHEDOR		C.N.P.J. 10.580.349/0001-01		
Endereço Rua Menino Bernardo, 888 – Bairro Ildo Meneghetti				
Cidade Três Passos	U.F. RS	C.E.P. 98600-000	DDD/Telefone 9 9990 0150	e-mail lar.acolhedor@gmail.com
Conta Corrente 26.090691.0-4	Banco Banrisul	Agência 0945	Praça de Pagamento Três Passos	
Nome do Responsável Lediania Germany Schu		C.P.F. 982.903.710-04		
C.I./Órgão Expedidor 1072285991	Cargo Presidente		Função Presidente	
Endereço: Rua Gustavo Alfredo Diesel, 72			C.E.P: 98600-000	

2 - OUTROS PARTICIPES

Nome	C.N.P.J./C.P.F.	E.A.
Nome do Responsável	Função	C.P.F.
C.I./Órgão Expedidor	Cargo	Matrícula
Endereço	Cidade	C.E.P.



GESTÃO:
2019
2021

LAR ACOLHEDOR
Fundação: 29/10/2008
CNPJ: 10.580.349/0001-01
Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888
Cidade de Três Passos - RS
Cep: 98.600-000

Missão:
"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

Protocolo	
FL.	04
Rubr.	JB

FL.	144
-----	-----

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO/OBJETO

Título do Projeto:

IMPLANTAR ESPAÇO DE
ATIVIDADES LÚDICAS

Período de Execução

Início AP:

Apartir da liberação do recurso.

Término Nº de dias AP:

30/06/2023

Identificação do Projeto:

Implantar um espaço de atividades lúdicas e recreativas para fortalecer os vínculos familiares e a convivência das crianças e adolescentes abrigados. Neste local serão desenvolvidas as atividades propostas pelos profissionais, dentre eles a Psicóloga, a Educadora Social e a Auxiliar de desenvolvimento Infantil. As atividades propostas neste espaço serão: Circuito lúdico, gincanas, pinturas, brincadeiras, mímica e dança.

CIRCUITO LÚDICO: Circuito de atividades lúdicas as crianças podem explorar espaços novos e conhecer seu próprio corpo e suas limitações. Além disso, juntar atividades variadas ajuda no desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social e afetivo. O principal ponto da elaboração de um circuito lúdico é oferecer às crianças atividades em espaços externos, a fim de promover o desenvolvimento de movimentos, equilíbrio, resistência, flexibilidade e muitos outros pontos.

GINCANAS: Gincanas podem estimular diversas aprendizagens enquanto as crianças brincam e se divertem. Algumas atividades simples para compor as gincanas são: Corrida do saco, corrida colher com ovo entre outras. O trabalho dos profissionais em jogos desse tipo é o de ressaltar qualidades como espírito de equipe.

PINTURAS: A pintura é uma atividade lúdica bastante completa. Por meio dela, a criança consegue desenvolver tanto a coordenação motora quanto a criatividade e manifestar suas emoções.

BRINCADEIRAS: As brincadeiras são para ensinar as crianças de maneira mais divertida. Elas justamente, com as atitudes simples que transmitem lições, como esperar a vez para jogar, respeitar as regras ou saber lidar com a frustração de uma eventual derrota. Brincadeiras como adivinhação estimulam o pensamento rápido, a atenção e a concentração.

MÍMICAS: Essa atividade, além de prazerosa e divertida para os pequenos, ajuda a acabar com a timidez e amplia os horizontes da comunicação interpessoal. Os gestos são ótimas maneiras de melhorar a coordenação motora.



GESTÃO:
2019
2021

LAR ACOLHEDOR

Fundação: 29/10/2008
CNPJ: 10.580.349/0001-01
Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888
Cidade de Três Passos - RS
Cep: 98.600-000

Missão:

"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

Protocolo

FL.
Rubr.

FL.

145

A execução das atividades desenvolvidas através destes profissionais proporcionará o despertar e aprendizado em todas as etapas do desenvolvimento das crianças. Em meio a tantas transformações, este espaço com atividades lúdicas, recreativas, trará significativos ganhos no desenvolvimento na vida da criança em sua alfabetização. É o momento em que ela pode ser ela mesma, longe das cobranças, das cópias e das tarefas. E é exatamente nessa lacuna que acreditamos que possa haver uma outra forma de aprendizado, de alfabetização. O espaço lúdico desperta a imaginação, a criatividade, a espontaneidade, a alegria e a pureza da criança que vive em todos e, mesmo com as dificuldades, pouco a pouco elas vão se permitindo ser felizes. Trata-se de uma forma divertida de exposição ao conhecimento. Ao ter contato com esse tipo diferenciado de processo de aprendizagem, a criança aprende sem o peso emocional e passa a ser construída uma atmosfera de saber fundada sobre um ambiente de calma e segurança.

Nesse contexto os profissionais (Psicóloga, Educadora Social e Auxiliar de desenvolvimento Infantil) trabalham o desenvolvimento das crianças, aplicam seu conhecimento e formam através das atividades propostas o crescimento da criança enquanto cidadão. Como prática inicial do desenvolvimento dos acolhidos e uma maneira intuitiva de seu desenvolvimento, as pinturas das brincadeiras pedagógicas serão acompanhadas pelos próprios acolhidos, já contribuindo de maneira positiva para seu desenvolvimento lúdico e aprendizagem, assim tornando-se um ambiente mais acolhedor com a valorização das atividades desenvolvidas pelas crianças.

Para a implantação deste espaço lúdico, necessitamos adequar a infraestrutura do pavimento aonde serão propostas as atividades acima mencionadas. O terreno necessitará ser adequado, pavimentado, pintura do circuito lúdico e a construção de estrutura para segurança aos menores que ali desenvolverão as atividades, conseqüentemente após finalizado parte estrutural, implantação e início das atividades lúdicas.

Justificativa da Proposição:

O Lar Acolhedor oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir a proteção integral. O acolhimento é provisório e excepcional, para crianças e adolescentes sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. A entidade presta serviço relevante pois permite que os acolhidos permaneçam no município de origem, facilitando assim o convívio familiar, podendo fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Um espaço de acolhimento, crescimento, educação e valorização a vida.

Lar Acolhedor possui cadastro ativo junto ao Conselho Municipal de Assistência Social Nº 005/2009. Atualmente é prestado serviço de acolhimento para 17 crianças e 11 adolescentes.



GESTÃO:
2019
2021

LAR ACOLHEDOR

Fundação: 29/10/2008
CNPJ: 10.580.349/0001-01
Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888
Cidade de Três Passos - RS
Cep: 98.600-000

Missão:

"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

Secretaria de Planejamento
146
[assinatura]

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta Etapa	Especificação	Indicador Físico		Valor		Duração	
		Unid.	Qtidade	Unitário	Total	Início	Término
1	Implantar espaço de atividades lúdicas	m²	1080	R\$ 95,474	R\$ 103.112,62	Após liberação do recurso	180 dias
2	Psicóloga	-	-	*	*	*	*
3	Educadora Social	-	-	*	*	*	*
4	Auxiliar de desenvolvimento Infantil	-	-	*	*	*	*

Desenvolvimento das atividades propostas pelos profissionais que constam no plano de trabalho.

PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação	A=B+C	B	C
5.1	Implantar espaço de atividades lúdicas	R\$ 103.112,62	R\$ 56.183,07	R\$ 46.929,55
5.2	Psicóloga	**	R\$ 0,00	**
5.3	Educadora Social	**	R\$ 0,00	**
5.4	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	**	R\$ 0,00	**
TOTAL GERAL		R\$103.112,62	R\$ 56.183,07	R\$ 46.929,55

Recursos próprios

1. Implantar espaço de atividades lúdicas

1. Para atender as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos, a Instituição necessita implantar espaço de atividades lúdicas;

2. Para fins deste Plano de Trabalho, será custeado através da concedente o valor de R\$ 56.183,07 e contrapartida do proponente o valor de R\$ 46.929,55.

[assinatura]



GESTÃO:

2019

2021

LAR ACOLHEDOR

Fundação: 29/10/2008

CNPJ: 10.580.349/0001-01

Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888

Cidade de Três Passos - RS

Cep: 98.600-000

Missão:

"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

Protocolo	
FL.	07
Rubr.	AB
FL.	147

2 Psicóloga

2.1. Para atender as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos, a Instituição terá à disposição Psicóloga.

2.2. Para fins deste Plano de Trabalho, será destinado profissional para o desenvolvimento das atividades.

3 Educadora social

3.1. Para atender as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos, a Instituição terá à disposição Educadora social.

3.2. Para fins deste Plano de Trabalho, será destinado profissional para o desenvolvimento das atividades.

4 Auxiliar de desenvolvimento infantil

4.1. Para atender as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos, a Instituição terá à disposição Auxiliar de desenvolvimento infantil.

4.2. Para fins deste Plano de Trabalho, será destinado profissional para o desenvolvimento das atividades.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

ONCEDENTE

Meta	Parcela Única	Parcela 1	Parcela 2	Parcela 3	Parcela 4	Parcela 5	Parcela 6
1	R\$ 56.183,07						

PROponente (CONTRAPARTIDA)

Meta	Parcela Única	Parcela 2	Parcela 3	Parcela 4	Parcela 5	Parcela 6
1	*R\$ 46.929,55					

Parcela refere-se contrapartida para adequação estrutural para início do projeto.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de contas final: 30 dias após termino do projeto.



GESTÃO:
2019
2021

LAR ACOLHEDOR

Fundação: 29/10/2008
CNPJ: 10.580.349/0001-01
Endereço: Rua Menino
Bernardo, 885
Cidade de Três Passos - RS
Cep: 99.600-000

Missão:

"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

Protocolo

Fl. 148

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao (órgão público interessado), para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, quem impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento

Três Passos, 17 de fevereiro de 2023

Ledian Germany Schu

Presidente

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

1 - Comissão de Avaliação e Monitoramento: () Aprovado () Reprovado

Três Passos, ____/____/____ Assinatura: _____

2 - Gestor: () Aprovado () Reprovado

Três Passos, ____/____/____ Assinatura: _____

3 - Controle Interno: () Aprovado () Reprovado

Três Passos, ____/____/____ Assinatura: _____

4 - Chefe do Poder Executivo: () Aprovado () Reprovado

Três Passos, ____/____/____ Assinatura: _____

PARECEER DOS GESTORES

Processos Administrativos nº: 3807/2022 e 1053/2023
Assunto: solicitação de alteração do plano de trabalho
OSC: Lar Acolhedor
CNPJ da OSC: 10.580.349/0001-01

Se	Assistência Social
FL.	
Rubr.	

FL. 149

No uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 0829/2021 de 19/04/2021, a qual delega competência para desempenhar a função de Gestores de Parceria, previstos na Lei Federal nº 13.019/14, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 023/2017, com poderes de controle e fiscalização, pelo presente parecer faço as seguintes considerações em análise as informações apresentadas:

Primeiro: Os gestores tomaram conhecimento dos processos somente na data de 28/03/2023, pela manhã;

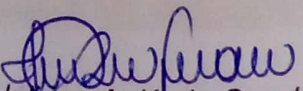
Segundo: o processo 1053/2023, solicita alteração no plano de trabalho, ocorre que no processo 3807/2022, na páginas 07, não consta assinatura de aprovação pelo concedente, da Comissão de avaliação e monitoramento, dos gestores, do controle interno, tampouco do Chefe do poder executivo, conforme o modelo de plano de trabalho adotado pela municipalidade e que está disponível para consulta no link <http://www.trespazos.rs.gov.br/download/18215#foo>, o mesmo fato se repete na página 111, tendo apenas a assinatura dos representantes do Comissão de avaliação e monitoramento e na página 120, consta apenas a assinatura da Secretária de Assistência Social, Sra Rosani, que não é gestora de parcerias, e sim gestora da secretaria. Não há entendimento desses gestores, sobre quem analisou a documentação necessária para o firmamento da parceria, não identificamos parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, que em outros processos foram solicitados. Outro ponto, na página 107 inicia-se um plano de trabalho com alterações que foram solicitadas pelo secretário de planejamento e pela secretária de Assistência Social, através do ofício 26/2022 (pag. 106), porém na página 113, inicia-se outro plano de trabalho sem qualquer observação de motivação para o mesmo estar no processo, causando dúvidas de qual é o válido. Sendo assim, é claro o erro no processo, já que, no mesmo consta extrato de pagamento no valor de R\$ 56.183,07 na data de 27/10/2022, ou seja, a transferência foi efetivada para a entidade, sem seguir o rito correto e sem a aprovação dos responsáveis. Gera dúvidas também, estar juntado ao processo duas cópias de empenhos diferentes, cito nº 13766/2022 e 12524/2022, com o mesmo valor (R\$ 56.183,07), e a mesma especificação, sendo que ambos não estão paginados, não sendo possível identificar quem os juntou.

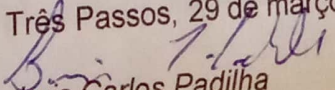
Terceiro: ao que parece, analisando todas as páginas juntadas ao processo, é que não se levou em consideração o art. 19 do Decreto Municipal nº 23/2017, pois não identificamos a indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para a execução da parceria; avaliação da proposta, verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração, com a demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; aprovação do plano de trabalho; emissão de parecer técnico e jurídico.

Quarto: Na data de 29/03/2023, nos deslocamos até a sede da entidade para identificar o objeto da parceria, sendo que o mesmo já está em fase de conclusão, não permitindo assim, que houvesse acompanhamento e fiscalização dos gestores de toda execução, conforme prevê Decreto Municipal nº 23/2017, capítulo IV, art.33. (Anexo relatório fotográfico).

Quinto: sugerimos que seja observada, a Seção III, Das alterações, art. 32, do Decreto Municipal nº 23/2017, para dar sequência na solicitação de alteração proposta pela entidade, no processo 1053/2023.

Por fim, cumprindo o as atribuições do gestor da parceria, informamos os superiores hierárquicos, das desconformidades identificadas no processo, e solicitamos parecer jurídico quanto as providências que devem ser tomadas para regularizar as mesmas.


Juliana A. K. de Quadros
Gestora da Parceria

Três Passos, 29 de março de 2023.

Luis Carlos Padilha
Gestor da Parceria







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - PODER EXECUTIVO

PL. 152

Encaminhado para comissão para análise

10/03/2023

Rosani A. Nascimento

Rosani C. A. do Nascimento

Sec. Mun. Assist. Social

Portaria nº 0026/2022

Encaminhado para o Gestor para análise

28/03/2023

Rosani A. Nascimento

SMAS

Secretaria Municipal de
Assistência Social

Três Passos - RS

Anexo os pareceres dos gestores e encaminhado
a Sec. Rosani Nascimento para conhecimento
e providências

Lin. F. L. H.

30/03/2023

Juliana Queiroz

30/03/2023

Encaminhado para Procuradoria para análise
e parecer.

30/03/2023 - Rosani A. Nascimento



Interessado: Três Passos PM.
Registro da Consulta: 19297/2023.
Consultante: CAROLINE ZUG, Diretora de Leis.
Forma de Atendimento: Telefone.
Número: 00373/2023.

Resposta:

Prezada consulente,

Conforme contato telefônico e considerando os documentos anexados à consulta, se verificam falhas procedimentais e descumprimentos das exigências da Lei Federal nº 13.019/2014, o que inclusive apontado pelo gestor de parceria, do que passamos a tecer as seguintes considerações:

1. Os procedimentos realizados na formalização, execução, monitoramento, e avaliação da parceria, não atendem as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014, motivo pelo qual se faz indispensável a avaliação pelo administrador público acerca da anulação ou revogação de atos, como possibilita a Súmula 473 do STF, que transcrevemos:

Súmula 473/STF "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

2. Relevante destacar a tese definida no Tema 138 de Repercussão Geral que definiu que ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo. (Tese definida no RE 594.296, rel. min. Dias Toffoli, P, j. 21-9-2011, DJE 146 de 13-2-2012, Tema 138.)

3. Contudo, cabe ainda a avaliação sobre a possibilidade (ou não) de convalidação dos atos que porventura sejam entendidos como viciados, à luz do que dispõe a Lei nº 13.655/2018 acrescentou ao Decreto-Lei nº 4.657/1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), desde que sejam falhas de menor potencial ofensivo e não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, com base nos dispositivos abaixo reproduzidos e mediante avaliação feita pelo gestor:

Lei nº 13.655/2018 - LINDB

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.



Borba, Pause & Perin - Advogados
Somar experiências para dividir conhecimentos
OAB/RS 7.512

4. Ante o exposto, em nossa avaliação, diante das informações que recebemos, recomendamos a **imediata instauração de sindicância investigatória**, com vistas a verificação das falhas e descumprimentos legais, causas, **responsáveis**, consequências, bem como avaliação de eventuais falhas são passíveis de **revogação, anulação ou (convalidação)**, nos termos das normas mencionadas, para posterior decisão e providências cabíveis.

Autorizada baixa por telefone.

Porto Alegre, 10/04/2023.

Sandra Ely Schim
OAB/RS nº 523

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse
<https://borbapauseperin.adv.br/servicos-verificador> e digite o seguinte número verificador:
912885704927818262

LEI MUNICIPAL Nº 5.807, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Fomento e Repassar Recurso Financeiro ao Lar Acolhedor.

Prefeito Municipal de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso IV, da Lei Orgânica do município, FAÇO SABER que o Legislativo Municipal aprova e eu decreto e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento e Repassar Recursos de Emenda Impositiva ao Lar Acolhedor, entidade civil sem fins lucrativos, entidade de defesa dos direitos sociais de crianças e adolescentes, devidamente registrada no CNPJ sob o nº 10.580.349/0001-01, com sede na Rua Menino Bernardo, nº 888, Bairro Ildo Meneghetti, na cidade de Três Passos - RS.

Art. 2º A Administração Pública repassará à OSC o valor de R\$ 56.183,07 (cinquenta e seis mil, cento e oitenta e três reais e sete centavos), conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Fomento.

Art. 3º A prestação de contas deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após a execução, conforme convencionado no Termo de Fomento.

Art. 4º O Termo de Fomento atenderá às exigências da Lei nº 13.019, de 2014, conforme previsto no Termo de Fomento.

Art. 5º Os fiscais do Termo de Fomento poderão realizar visitas à entidade para avaliação das atividades e validação do Plano de Trabalho.

Art. 6º A inobservância das disposições constantes nesta Lei acarretará na suspensão dos repasses e na devolução dos valores aplicados em desacordo com o estabelecido.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação específica.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARLEI LUÍS TOMAZONI
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANE SEIDEL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Download Anexo: Lei Ordinária Nº 5807/2022 - Três Passos-RS

(www.leismunicipais.com <https://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/tres-passos-rs/2022/anexo-lei-ordinaria-5807-2022-tres-passos-rs-1.1>)

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 28/09/2022

Processo Administrativo nº 3807/2022
Interessado: Lar Acolhedor
Assunto: Emenda Impositiva

Gestor não
Aprova
Plano de
Trabalho

Secretaria de Planejamento
Fl. 156
Rubrica

Parecer Jurídico

Vistos;

Considerando que as falhas pontuadas pelos gestores à fl. 149 foram de menor potencial ofensivo, e que a princípio não foi constatado lesão ao interesse público nem prejuízo ao erário ou a terceiros;

Considerando que não teve dolo no decorrer do processo;

Considerando que a Lei Municipal nº 5.807, de 2022, autorizou o Poder Executivo a firmar Termo de Fomento e Repassar Recurso Financeiro ao Lar Acolhedor, constando em seu anexo o Plano de Trabalho de fls. 113/120 e Termo de Fomento de fls. 125/132 do presente processo administrativo;

Considerando que o recurso é oriundo de emenda impositiva e que este foi empenhado e pago, conforme comprovantes de fls. 137/138;

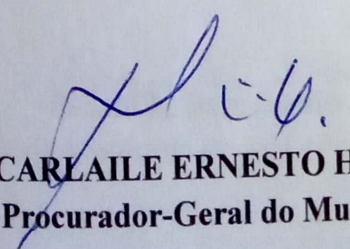
Considerando que do Plano de Trabalho do Lar Acolhedor restou com seus efeitos concretos, ou seja, o valor foi repassado e o seu objeto executado;

Opinamos pela convalidação dos atos prosseguindo para fase de prestação de contas a ser analisada pela Secretária Municipal de Assistência Social, uma vez que não foi constatada a aprovação do Plano de Trabalho pelo gestor de parceria, o que caracteriza um equívoco.

Oportunamente orientamos que as próximas parcerias sejam apreciadas pelo gestor de parceria, nomeado por Portaria, bem como a entidade observe as exigências e cumpra os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 13.019/2014, evitando eventuais equívocos no decorrer do processo.

Outrossim, a prestação de contas deve ser realizada nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 23/2017 e nas condições estabelecidas no Termo de Fomento.

Três Passos, 20 de abril de 2023.


CARLAILE ERNESTO HÖRBE
Procurador-Geral do Município

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
Secretaria Municipal de Assistência Social

Três Passos/RS 07 de junho de 2023

Ofício SMAS 033/2023.

À Senhora
Lediane Germany Schu
Presidente do Lar Acolhedor
Rua Menino Bernardo, 888, Ildo Meneghetti

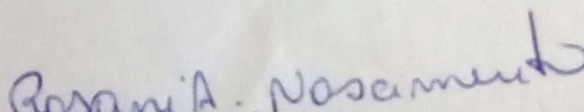
Prezada.

Em análise ao Ofício nº 019/2023 do Lar Acolhedor, registrado sob Protocolo Municipal nº 1053/2023, onde a entidade, por meio do Sr. Gledson M. Barbieri, solicita a alteração do Plano de Trabalho, referente ao Processo Administrativo nº 3897/2022, deliberamos:

Considerando que o Plano de Trabalho (fls.113-120) registrado no Processo Administrativo nº 3897/2022 foi aprovado pela Administração Pública e dele foi celebrado o Termo de Fomento (fl. 125-132), inclusive aprovado por Lei Municipal nº 1053/2023, conclui-se pelo **INDEFERIMENTO** do que fora solicitado no protocolo municipal 1053/2023. Entende-se que as metas 2, 3 e 4 são de grande interesse da Administração Pública e de relevância ao público assistido e por isso justificam o investimento do recurso público e a implantação do espaço para atividades lúdicas no Lar Acolhedor. O que se compreende é que o cumprimento das metas 2, 3 e 4, isto é, a contratação dos profissionais (Psicóloga, Educadora Social e Auxiliar de Desenho Infantil) justificam a transferência do recurso público à OSC, assim como a necessidade de realizar a meta 1, do respectivo plano de trabalho.

Diante da decisão, solicitamos que seja observado o prazo para a prestação de contas e, se eventualmente, houver necessidade de prorrogar prazo, faça-o de forma justificada, via protocolo municipal, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento desse ofício.

Atenciosamente,


Rosani A. Nascimento

Secretária Municipal de Assistência Social

Recebido



GESTÃO:

2021

2023

Fundação: 29/10/2008

CNPJ: 10.580.349/0001-01

Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888

Cidade de Três Passos - RS

Cep: 98.000-000

Missão:

"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

Protocolo
FL. 02
Rubr.
FL. 159

Ofício nº 074/2023

Três Passos, 15 de junho de 2023

A sua Excelência o Senhor
ARLEI LUIS TOMAZONI

Prefeito Municipal de Três Passos

Em resposta ao ofício SMAS 033/2023 sobre a análise do ofício nº019/2023 sob protocolo nº1053/2023 de 17/02/2023 postergou-se análise pelo ente municipal até a data 07/06/2023, concluiu-se pelo INDEFERIMENTO, segue conclusão pela Secretária Municipal de Assistência Social, "O que se compreende é que o cumprimento das metas 2,3 e 4, isto é, a contratação dos profissionais (Psicóloga, educadora social e aux. Desenvolvimento infantil) justificam a transferência do recurso público a OSC". Compreende-se um equívoco na análise do Plano de trabalho e Termo de fomento, pois a descrição correta é a "disposição de profissionais" como contrapartida da Entidade para o desenvolvimento das atividades propostas.

Em análise ao Plano de trabalho e ao Termo de fomento, observa-se que os prazos de execução estabelecidos no Plano de trabalho pela entidade não foram observados ao ser redigidos no Termo de fomento pelo profissional da PGM, observa-se atraso financeiro na liberação dos recursos pela prefeitura municipal (Recurso liberado em 27/10/2022) consequentemente acarretando atrasos ao desenvolvimento do projeto.

Cita-se cláusula Termo de fomento:

8. Das alterações



GESTÃO:

2021

2023

LAR ACOLHEDOR

Fundação: 29/10/2008

CNPJ: 10.580.349/0001-01

Endereço: Rua Menino
Bernardo, 888

Cidade de Três Passos - RS

Cep: 98.000-000

Missão:

"Um espaço de
acolhimento, de
crescimento e
valorização da
vida."

FL
Rubr.

Protocolo
03

8.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

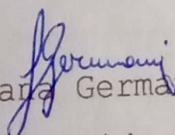
Solicitamos que sejam ajustadas/alteradas as datas do Termo de Fomento conforme Plano de trabalho aprovado ou seja analisado novamente o ofício nº 019/2023 sob protocolo nº 1053/2023 de 17/02/2023. Entende-se por parte da entidade a necessidade de correção do Termo de fomento ou DEFERIMENTO do Plano de Trabalho protocolado para conclusão da prestação de contas no prazo estabelecido 30/06/2023.

Salientamos que a solicitação de alteração do Plano de trabalho referente as metas 2, 3 e 4 não infringe o interesse da Administração Pública e ao público assistido, demonstrando o grande interesse da Entidade para sanar de maneira rápida, eficaz e transparente com o poder público.

Diante do exposto, informamos que a meta 01 já foi executada na sua integralidade e as metas 2, 3 e 4 estão sendo executados conforme o cronograma estabelecido no plano de trabalho.

Solicitamos apreciação do Poder Público com brevidade, seja esta, até a data de 30/06/2023 conforme prevista no Termo de fomento.

Atenciosamente,


Lediane Germany Schu
Presidente

Lar Acolhedor



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

ADITIVO Nº 01 REF. LAR ACOLHEDOR

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 87.613.188/0001-21, sediado na Avenida Santos Dumont nº 75, nesse ato representado por seu Prefeito Municipal, **ARLEI LUÍS TOMAZONI**, portador do CPF nº 700.363.650-68, residente e domiciliado nesta cidade de Três Passos - RS, e de outro lado **LAR ACOLHEDOR**, entidade civil, de defesa dos direitos sociais de crianças e adolescentes, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.580.349/0001-01, com sede na Rua Menino Bernardo, nº 888, Bairro Ildo Meneghetti, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, neste ato representado por sua Presidente, **Sra. LEDIANA GERMANY SCHU**, portadora do CPF nº 982.903.710-04, residente e domiciliada na Rua Miraguaí, nº 1191, Apto. 102, Bairro Centro, nesta cidade de Três Passos/RS, doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento no Processo Administrativo nº 3807/2022 e Lei Municipal nº 5.807, de 2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação de prazo em 120 (cento e vinte) dias, ou seja, até 30/10/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas não afetadas pelas razões acima permanecem inalteradas.

E por estarem as partes assim justas e acordadas, lavram o presente Aditivo em três vias de igual teor e forma.

Três Passos, 20 de junho de 2023.

Município de Três Passos
Arlei Luís Tomazoni
Prefeito

Arlei Luis Tomazoni
Prefeito Municipal

Lar Acolhedor
Lediana Germany Schu
Presidente